

# **Demonstrações Financeiras**

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores, Diretores e Conselheiros da  
**Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC. (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - NBC TG 1000 (R1).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

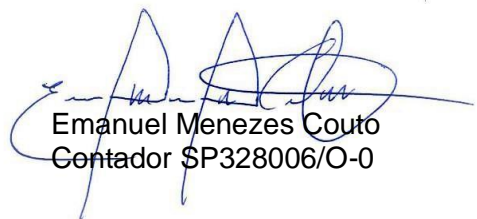


Building a better  
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emanuel Menezes Couto', is written over a light blue horizontal line. The signature is stylized and cursive.

Emanuel Menezes Couto  
Contador SP328006/O-0

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais)

	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	<b>2.647.240</b>	801.989
Aplicações financeiras	5	<b>147.593</b>	217.415
Impostos a recuperar		<b>7.791</b>	7.791
Contas a Receber	6	<b>24.750</b>	-
Adiantamentos		<b>37.911</b>	7.519
Despesas antecipadas		<b>3.905</b>	3.861
		<b>2.869.190</b>	1.038.575
Não circulante			
Depósitos judiciais		<b>14.187</b>	14.187
Propriedades para investimento	7	<b>3.742.307</b>	2.714.015
Imobilizado	8	<b>32.856.598</b>	31.630.141
Intangível	8	<b>2.984</b>	6.893
		<b>36.616.076</b>	34.365.236
Total do ativo		<b>39.485.266</b>	35.403.811

	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	9	<b>966.070</b>	493.666
Obrigações tributárias		<b>37.098</b>	19.577
Salários e encargos sociais	10	<b>227.836</b>	181.935
Empréstimos e financiamentos	11	<b>102.915</b>	151.302
Projetos a Executar	13a	<b>852.215</b>	-
		<b>2.186.134</b>	846.480
Não circulantes			
Receita diferida	12	<b>1.765.086</b>	1.881.828
Projetos a executar - imobilizado	13	<b>73.311</b>	86.383
Empréstimos e financiamentos	11	-	102.915
		<b>1.838.397</b>	2.071.126
Total do passivo		<b>4.024.531</b>	2.917.606
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social		<b>10.579.065</b>	6.866.249
Ajuste de avaliação patrimonial		<b>24.881.670</b>	25.619.956
		<b>35.460.735</b>	32.486.205
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>39.485.266</b>	35.403.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais com restrições			
Subvenção de custeio educacional	19	<b>8.561.568</b>	8.411.700
Subvenção FUMCAD / CONDECA	13a	<b>1.353.521</b>	-
Subvenção vinculados a imobilizado	13b	<b>13.073</b>	13.072
Gratuidade - voluntários	25	<b>440.623</b>	363.971
		<b>10.368.785</b>	8.788.743
Sem restrições			
Auxílios e doações	16	<b>9.339.911</b>	6.538.558
Venda de bens e serviços		<b>99.033</b>	11.663
Aluguéis de imóveis	17	<b>249.711</b>	228.283
Receitas diversas		<b>357.800</b>	2.779
		<b>10.046.455</b>	6.781.283
Total receitas operacionais		<b>20.415.240</b>	15.570.026
Custos com programas			
Custos educacionais	21	<b>(7.221.648)</b>	(5.798.250)
Gratuidade - bolsas de estudos	19	<b>(8.561.568)</b>	(8.411.700)
Gratuidade - voluntários	25	<b>(440.623)</b>	(363.971)
Total custos com programas		<b>(16.223.839)</b>	(14.573.921)
Resultado bruto		<b>4.191.401</b>	996.105
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	22	<b>(142.907)</b>	(104.596)
Encargos sociais (FGTS)		<b>(11.433)</b>	(3.844)
Despesas gerais	20	<b>(355.222)</b>	(163.465)
Depreciação		<b>(83.060)</b>	(74.760)
Serviços prestados por terceiros	23	<b>(840.112)</b>	(636.822)
Total despesas operacionais, líquidas		<b>(1.432.734)</b>	(983.487)
Receitas financeiras		<b>283.313</b>	154.519
Despesas financeiras		<b>(67.451)</b>	(121.031)
Receitas financeiras, líquidas	24	<b>215.862</b>	33.488
Superávit do exercício		<b>2.974.529</b>	46.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Fundo Endowment	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.973.150	26.358.243	108.709	-	32.440.102
Realização ajuste de avaliação patrimonial	738.287	(738.287)	-	-	-
Fundo Endowment	-	-	3.975	-	3.975
(Déficit) do exercício	(3.975)	-	-	46.106	42.131
Destinação do superávit do exercício	46.106	-	-	(46.106)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.753.568	25.619.956	112.684	-	32.486.205
Realização ajuste de avaliação patrimonial	<b>738.287</b>	<b>(738.287)</b>	-	-	-
Fundo Endowment	-	-	<b>12.249</b>	-	<b>12.251</b>
(Déficit) do exercício	<b>(12.249)</b>	-	-	<b>2.974.529</b>	<b>2.962.280</b>
Destinação do superávit do exercício	<b>2.974.529</b>	-	-	<b>(2.974.529)</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<b>10.454.135</b>	<b>24.881.669</b>	<b>124.933</b>	-	<b>35.460.735</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<b>2.974.529</b>	46.106
Depreciações e amortizações	<b>804.469</b>	738.558
Realização de bens com recursos públicos	<b>(13.072)</b>	(13.072)
Juros sobre empréstimos	<b>(579)</b>	26.230
Receita diferida	<b>(116.742)</b>	(85.300)
	<b>3.648.605</b>	712.522
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	<b>(24.750)</b>	56.500
Adiantamentos	<b>(30.392)</b>	16.785
Despesas antecipadas	<b>(44)</b>	(1.372)
Impostos a recuperar	-	(7.703)
Depósitos judiciais	-	(10.287)
Fornecedores	<b>472.404</b>	229.820
Salários e encargos sociais	<b>45.902</b>	(8.642)
Obrigações fiscais	<b>17.521</b>	2.850
Projetos a executar	<b>852.215</b>	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>4.981.461</b>	990.746
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	<b>69.822</b>	237.334
Aquisição de imobilizado, intangíveis e propriedades para investimentos	<b>(3.055.309)</b>	(954.855)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(2.985.487)</b>	(717.521)
Pagamento de financiamento	<b>(150.723)</b>	(123.526)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos	<b>(150.723)</b>	(123.526)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<b>1.845.251</b>	149.429
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	<b>801.989</b>	652.560
No final do exercício	<b>2.647.240</b>	801.989
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<b>1.845.251</b>	149.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Obras Sociais Universitárias e Culturais - OSUC (“OSUC” ou “Entidade”) é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, fundada em 1962 em São Paulo. Por meio de diferentes ações a Entidade procura incentivar nos jovens, a busca da excelência humana e profissional, bem como a preocupação social e a solidariedade.

A Entidade é mantenedora do CEAP (Centro Educacional e Assistencial Profissionalizante), uma unidade não governamental fundada em 1985, que atua no modelo de escola profissionalizante gratuita, sem fins lucrativos, localizada na região da Pedreira, zona Sul da cidade de São Paulo. A escola oferece cursos profissionalizantes para jovens entre 10 e 18 anos que estejam matriculados no ensino regular do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A missão do CEAP é criar condições para a formação de cidadãos íntegros capazes de transformar o mundo através de seu trabalho. O CEAP está inserido em uma comunidade da zona sul de São Paulo, no bairro de Pedreira, distrito de Cidade Ademar, com uma população estimada em aproximadamente 268 mil habitantes. Em 2022, a unidade atendeu 698 jovens (618 alunos ativos; 80 alunos desistentes. Em (2021 - 734 jovens) tendo já atendido mais de 9 mil alunos desde sua fundação e possui um atendimento voltado a uma população exposta a situações de vulnerabilidade social.

Os recursos gerados pela Entidade para manutenção de seus objetivos sociais são basicamente provenientes das receitas de auxílio e doações de pessoas físicas e jurídicas, rendimentos de aluguéis de imóveis e de aplicações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria da Entidade no dia 26 de maio de 2023, refletindo todos os eventos de conhecimento da administração até a presente data.

### 1.1. Aspectos fiscais

A Entidade é imune de impostos, de acordo com o art. 150, VI, c) da Constituição Federal.

Considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e coloque-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- Aplicar, integralmente, no país seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### **1.1. Aspectos fiscais--Continuação**

- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A Entidade vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

A Entidade tem isenção da contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97. A Nota 2.15 c, detalha a renúncia fiscal da Entidade.

### **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras da Entidade, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade e Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2013, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído para os bens do ativo imobilizado na data de transição para a ITG 2002.

#### **2.2. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, relaciona-se com a determinação do valor recuperável do ativo imobilizado e a avaliação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado.

A Entidade adota o custo atribuído para terrenos e edificações. A cada encerramento de exercício social, a Entidade revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo tendo como referência o valor justo menos os custos necessários para a alienação dos ativos analisados.

As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliação realizados por especialistas. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras. Não há indicativos em 2022 que requeiram a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados da Entidade.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, por provisão para perda (*impairment*). Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e determinadas aplicações financeiras.

#### 2.5. Ativos financeiros

##### 2.5.1. Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem os saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras" e "Contas a receber".

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Ativos financeiros--Continuação

##### 2.5.2. Deterioração de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

#### 2.6. Aluguéis a receber

Aluguéis a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de locação de imóveis reconhecidos contabilmente por competência.

Aluguéis a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

#### 2.7. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Entidade é proprietária de 5 imóveis (2021 - 2 imóveis) que são mantidos para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorizações. O imóvel não é ocupado pela Entidade.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.7. Propriedades para investimento--Continuação

As propriedades para investimento são contabilizadas pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

#### 2.8. Imobilizado

A Entidade adota a prática do "custo atribuído" (*deemed cost*) desde 1º de janeiro de 2012, conforme opção prevista na Resolução CFC no 1.409/12, e detalhada nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - "Ativo Imobilizado e da ICPC 10".

Além de edificações, que tiveram suas vidas úteis modificadas pelo mesmo laudo técnico elaborado por peritos independentes para avaliação do "custo atribuído", foi elaborado outro laudo técnico para revisão da vida útil dos demais ativos sendo alteradas a partir de outubro de 2014 retroagidos a data base de 1º de janeiro de 2012.

Demais itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	De 20 a 59
Veículos	8
Móveis e utensílios	De 3 a 22
Equipamentos de informática	De 3 a 22
Máquinas e equipamentos	De 3 a 22
Software	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.8. Imobilizado--Continuação

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, liquidadas" na demonstração do resultado.

#### 2.9. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

#### 2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Entidade.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.11. Provisões--Continuação

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

#### 2.12. Doações, auxílios e subvenções

A Entidade recebe doações, auxílios e subvenções (remunerações) que podem ser recebidas na forma de dinheiro, cheques, estoque de produtos, perdão de dívidas, imóveis, terrenos, equipamentos, instalações, móveis, utensílios e de serviços voluntários.

Estas remunerações são classificadas da seguinte forma:

- Doação incondicional - é quando o doador não impõe qualquer condição para que o valor seja utilizado pela Entidade.
- Doação condicional - circunstância em que o doador determina ao recebedor o cumprimento de uma obrigação ou destinação específica.
- Doações para custeio - recebidas por qualquer meio (cheque, dinheiro, depósito em conta corrente etc.). São contabilizadas na rubrica de contas a receber com contrapartida na rubrica de receita de doações.
- Doações recebidas na forma de patrimônio - são os casos de imóveis doados que passam a integrar o patrimônio da Entidade. No reconhecimento inicial, são mensuradas ao valor justo e registrados em conta do ativo imobilizado tendo como contrapartida a rubrica de receita diferida.
- Subsequentemente, à medida em que o bem é depreciado, a receita diferida também é amortizada e reconhecida na demonstração do resultado do exercício no mesmo período de forma a não resultarem em ganho ou perda na demonstração do resultado dos exercícios.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.13. Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos circulantes são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### 2.14. Reconhecimento de receitas e despesas

a) Subvenção de custeio educacional

As subvenções de custeio educacional referem-se a bolsas de estudos ofertadas aos alunos pela Entidade; são mensuradas ao valor justo e reconhecidas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de Subvenções de custeio educacional tendo como contrapartida a rubrica de Gratuidade - bolsas de estudos.

b) Gratuidade - trabalho voluntário

Em cumprimento a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC o n 1.409/12, a Entidade mensura e reconhece o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme detalhes discorridos na Nota 15. As receitas correspondentes aos trabalhos voluntários foram reconhecidas na rubrica Gratuidade - trabalho voluntário. As correspondentes despesas foram reconhecidas considerando a sua função. Nesse sentido, os custos atribuídos aos trabalhos voluntários identificados nos exercícios de 2022 e de 2021 foram tratados na rubrica de custos com Gratuidade - trabalho voluntário. Em vista de que o reconhecimento dos valores mensurados a título de receita de trabalhos voluntários, tem o mesmo valor das despesas de trabalhos voluntários, e foram todas apropriadas no resultado de 2022 e 2021, o procedimento não implicou em alteração do superávit daquele exercício.

c) Renúncia fiscal

A Entidade tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 12 da Lei 9.532/97, e imunidade em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.14. Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

##### c) Renúncia fiscal--Continuação

Com relação à COFINS, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das associações sem fins lucrativos.

Com relação às contribuições a cargo da Entidade, destinadas à Seguridade Social (INSS cota empresa), o art. 29 da Lei 12.101 publicada em 27 de novembro de 2009, estabelece a isenção destas contribuições para as entidades beneficentes detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), e desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação.

Em 2019 ao julgar o Recurso Extraordinário nº 636.941/RS, o Supremo Tribunal Federal decidiu que são imunes à Contribuição para PIS/PASEP sobre a Folha de Salários as Entidades Beneficentes de Assistência Social que atendam aos requisitos previstos nos artigos 9º e 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966), bem como no art. 55 da Lei nº 8.212, de 1991 (atualmente, art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009).

<b>Renúncia fiscal</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Educacional</b>		
Mensalidade escolar	<b>8.561.568</b>	8.411.700
Obtenção de gratuidade no serviço voluntário	<b>440.623</b>	363.971
Receitas financeiras 50%	<b>141.657</b>	77.260
Cofins 3%	<b>274.315</b>	265.588
Despesa com pessoal	<b>2.632.700</b>	2.734.094
INSS 25,5%	<b>671.339</b>	697.194
<b>Operacional</b>		
Auxílios e doações	<b>9.339.911</b>	6.538.558
Receitas diversas	<b>607.511</b>	231.062
Receitas financeiras 50%	<b>141.657</b>	77.260
Cofins 3%	<b>302.672</b>	205.406
Despesa com pessoal	<b>142.907</b>	104.596
INSS 25,5%	<b>36.441</b>	26.672
<b>Total</b>	<b>1.284.767</b>	1.194.860

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.14. Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

##### d) Receitas de doações

As receitas de doações, substancialmente recebidas de doadores que efetuam o pagamento por meio de boletos bancários, são contabilizadas quando recebidas.

As demais receitas são contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios.

#### 2.15. Demonstração dos fluxos de caixa

A administração da Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer deferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receitas ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

#### 2.16. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

##### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

##### Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Pronunciamento revisado inclui alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021--Continuação

##### Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da Entidade”.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Empresa.

##### CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, a entidade deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. A entidade deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o período.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021--Continuação

##### CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). Este esclarecimento é relevante porque sugere que o modelo de perdas de crédito esperadas do CPC 48 seja aplicável a estes investimentos de longo prazo.

As alterações esclarecem ainda que, ao aplicar o CPC 48, a entidade não deve considerar os prejuízos da coligada ou joint venture, ou as perdas por redução ao valor recuperável do investimento líquido, reconhecidos como ajustes ao investimento líquido na coligada ou joint venture que decorrem da aplicação do CPC 18 (R2).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, uma vez que a Empresa não detém participações de longo prazo em sua coligada ou em empreendimentos controlados em conjunto.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

##### IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que substituirá o CPC 11 - Contratos de seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005.

A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021--Continuação

##### IFRS 17 - Contratos de seguro--Continuação

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

O núcleo da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Esta norma não se aplica a Entidade.

##### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma empresa exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Entidade avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Ativos e passivos financeiros

<b>Ativos e passivos financeiros</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa (Nota 4)	<b>9.556</b>	52.138
Bancos conta-movimento (Nota 4)	<b>95.152</b>	147.993
Aplicações financeiras (Nota 4 e Nota 5)	<b>2.690.125</b>	819.273
Depósitos judiciais	<b>14.187</b>	14.187
	<b>2.809.020</b>	1.033.591
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	<b>966.070</b>	493.666
Empréstimos e financiamentos	<b>102.915</b>	254.217
	<b>1.068.985</b>	747.883

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa	<b>9.556</b>	52.138
Bancos conta movimento	<b>95.152</b>	147.993
Aplicações financeiras	<b>2.542.532</b>	601.858
	<b>2.647.240</b>	801.989

Os recursos apurados em Certificados de Depósitos Bancários são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração equivalente a aproximadamente 94% a 105% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 (101% à 118% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

### 5. Aplicações financeiras

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Credit Suisse - Cred Priv Sigma FICFI	-	69.822
Aplicações em renda variável	<b>147.593</b>	147.593
Outros ativos financeiros (i)	-	-
	<b>147.593</b>	217.415

(i) Em novembro de 2022 foi resgatado da aplicação do Credit Suisse o valor de R\$77.276,76 para o caixa da instituição.

Referem-se substancialmente a aplicações em fundos multimercado e carteira de ações mantidos junto ao Banco XP Investimentos, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Itaú.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Aplicações financeiras--Continuação

Os recursos apurados em Fundos de Investimentos em Cotas são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração equivalente a aproximadamente 105% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

### 6. Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aluguéis (i)	<u>24.750</u>	-
	<u>24.750</u>	-

(i) Em 2022 ficou pendente o pagamento do Aluguel do escritório da Dr. João Mendes, CJ. 802 do Dr. Roberto Arruda.

### 7. Propriedades para investimento

	Em 31 de dezembro de 2021	Baixa	Aquisição	Transferências	Em 31 de dezembro de 2022
Terrenos	2.154.551	<b>(127.951)</b>	<b>50.000</b>	<b>20.000</b>	<b>2.096.600</b>
Edificações	559.464	<b>(69.536)</b>	<b>1.155.779</b>	-	<b>1.645.707</b>
	<u>2.714.015</u>	<u><b>(197.487)</b></u>	<u><b>1.205.779</b></u>	<u><b>20.000</b></u>	<u><b>3.742.307</b></u>

As propriedades para investimento contabilizadas pelo custo atribuído que se encontram arrendadas estão relacionadas a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rua Zequinha De Abreu, 404 - São Paulo (SP)	<b>2.516.528</b>	2.484.834
Praça Dr. João Mendes, 62 conj 601 (SP)	-	229.181
Igreja Batista Independente do Jardim Selma	<b>280.000</b>	-
Loja 32 Ed. André Matarazzo, 1483, 1487, 1491, 1495 e 1499	<b>296.972</b>	-
Ed. João Moura, 300, Ap 42	<b>198.807</b>	-
Rua Ana Margarida das Dores, 104	<b>450.000</b>	-
	<u><b>3.742.307</b></u>	<u>2.714.015</u>

As propriedades para investimento, principalmente edifícios de escritórios, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo, não são ocupadas pela Entidade e são reconhecidas pelo valor de custo.

(\*) O Imóvel da Rua Ana Margarida, foi adquirido em dezembro de 2022 (Contrato de Compra e Venda), a averbação foi realizada em janeiro deste ano.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Imobilizado e intangível

	Em 31 de dezembro de 2021	Aquisições	Depreciação	Transferências	Em 31 de dezembro de 2022
Terrenos	14.953.100	-	-	(20.000)	14.933.100
Edificações	14.664.794	-	(366.681)	-	14.298.113
Instalações	646.025	95.139	(74.552)	-	666.612
Veículos	106.334	-	(37.530)	-	68.804
Máquinas e equipamentos	402.901	13.282	(65.122)	-	351.061
Móveis e utensílios	325.049	96.056	(75.182)	-	345.923
Equipamentos de informática	531.938	940.165	(201.493)	-	1.270.610
Obras em andamento	-	922.375	-	-	922.375
	<b>31.630.141</b>	<b>2.067.017</b>	<b>(820.560)</b>	<b>(20.000)</b>	<b>32.856.598</b>
<b>Intangível</b>					
Softwares	6.893	-	(3.909)	-	2.984
	<b>6.893</b>	<b>-</b>	<b>(3.909)</b>	<b>-</b>	<b>2.984</b>

	Em 31 de dezembro de 2020	Aquisições	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2021
Terrenos	14.933.100	20.000	-	14.953.100
Edificações	15.031.475	-	(366.681)	14.664.794
Instalações	368.033	335.410	(57.418)	646.025
Veículos	143.865	-	(37.531)	106.334
Máquinas e equipamentos	369.233	93.328	(59.660)	402.901
Móveis e utensílios	375.387	26.058	(76.396)	325.049
Equipamentos de informática	156.146	480.059	(104.267)	531.938
Obras em andamento	-	-	-	-
	<b>31.377.239</b>	<b>954.855</b>	<b>(701.953)</b>	<b>31.630.141</b>
<b>Intangível</b>				
Softwares	12.001	-	(5.108)	6.893
	<b>12.001</b>	<b>-</b>	<b>(5.108)</b>	<b>6.893</b>

### 9. Fornecedores

Fornecedores	2022	2021
Serviços	23.364	81.284
Cartão de crédito	32.706	12.382
Imóveis (i)	660.000	-
Adiantamentos	250.000	400.000
	<b>966.070</b>	<b>493.666</b>

- (i) Em dezembro de 2022 a Entidade adquiriu imóveis para investimento no valor de R\$730.000, onde foi realizado o pagamento de R\$70.000 e os restantes quitados em 2023. No mesmo período a Entidade vendeu a Loja 32, pelo montante de R\$350.000. Recebeu o valor de R\$250.000 como adiantamento e o restante em 3 parcelas pagas em 2023.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Salários e encargos sociais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de férias	161.859	148.890
Salários a pagar	-	1.994
INSS a recolher	40.320	16.693
FGTS a recolher	25.637	14.338
Contribuição sindical a recolher	20	20
	<u>227.836</u>	<u>181.935</u>

### 11. Empréstimos e financiamentos

A Entidade no período de 2020 fez empréstimos com vencimento para 2023, o valor em 31/12/2022 é segregado em circulante e não circulante mantendo apenas as próximas 12 parcelas no passivo circulante sendo o valor total R\$102.915 (2021 valor total de R\$221.196) abaixo demonstrado:

Banco	Saldo em 31/12/2022	Moeda	Vencimento	Juros contratado	Valor pago	Juros Atualizados
Banco Itaú	22.341	R\$	01/06/2023	3,75%	44.511	(171)
Banco Itaú	11.513	R\$	25/05/2023	3,75%	34.407	(132)
Banco Itaú	33.225	R\$	01/10/2023	3,75%	36.106	(139)
Banco Itaú	35.836	R\$	01/11/2023	3,75%	35.699	(137)
	<u>102.915</u>				<u>150.723</u>	<u>(579)</u>
Empréstimos e financiamentos (circulante)						102.915
Empréstimos e financiamentos (não circulante)						-

### 12. Receita diferida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rua Zequinha de Abreu, 404 - São Paulo/SP (Nota 7) (*)	2.516.528	2.516.528
(-) Amortização acumulada	(754.959)	(671.075)
Doações Bens Imobilizado	3.517	36.375
	<u>1.765.086</u>	<u>1.881.828</u>

(\*) Trata-se de imóvel que foi recebido a título de doação em dezembro de 2013 e que se encontra arrendado. O reconhecimento da receita está sendo efetuado em consonância com a depreciação do bem, registrado pelo custo atribuído avaliado ao valor de mercado por peritos profissionais e independentes, com vida útil remanescente de 30 anos.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Projetos a executar - imobilizado

A Entidade reconhece no passivo não circulante o valor líquido dos imobilizados adquiridos por compra com recursos vinculados a convênio/projetos, conforme identificado abaixo:

a) Projetos a realizar

	<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>Valores recebidos/ Repasses</b>	<b>Consumo / Baixas</b>	<b>Saldos em 31/12/2022</b>
FUMCAD - EPT 2022/2023	-	671.515	(662.683)	8.832
CONDECA - Expandido Horizontes	-	1.534.221	(690.838)	843.383
Total	-	2.205.736	(1.353.521)	852.215

b) Imobilizado vinculado a convênios

	<b>2022</b>	<b>Depreciação Realizada</b>	<b>2021</b>
FUMCAD - Conexão Futura	11.051	(1.950)	13.000
FUMCAD - Tecnologia para vida	11.051	(1.949)	13.000
CONDECA - Plugados no amanhã	51.209	(9.173)	60.383
	73.311	(13.072)	86.383

### 14. Processos judiciais

No período findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Entidade possui um processo administrativo com expectativa de perda possível, referente ao pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, na área de educação, para o período de 2021 à 2023. O processo encontra-se em análise para a conclusão, onde a probabilidade de perda é possível, não tendo sido, portanto, constituída nenhuma provisão ou divulgação nas demonstrações financeiras e conseqüentemente não mantendo necessidade de realização de depósitos judiciais.

(\*) Processo no: 23000.013625/2021-70 (em análise)

### 15. Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits dos exercícios aprovados pela Assembleia Geral.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido--Continuação

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores referentes ao custo atribuído do imobilizado e dos superávits acumulados. O superávit acumulado será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e manter a continuidade da Entidade.

Na data de 21/11/2018 a diretoria reunida regulamentou a criação de um fundo patrimonial chamado Fundo Endowment com o objetivo de prover a sustentabilidade financeira da organização e a perenidade de seus projetos e atividades, mediante a criação de uma fonte de renda permanente, consistente na aplicação de recursos seguindo uma política de investimentos de baixo risco. O fundo é criado na própria estrutura da OSUC não tendo, portanto, personalidade jurídica própria. O Fundo em 31 de dezembro de 2022 está composto pelo saldo de R\$124.933 (em 31 de dezembro de 2021 o saldo é R\$112.684) em observância com a conta investimento na XP Investimentos Conta 3209521. O aporte para o Fundo Patrimonial é realizado por pessoa física e jurídica. O recurso principal do Fundo Patrimonial não poderá ser sacado, salvo em caso de risco iminente de extinção da OSUC, risco esse devidamente fundamentado pela Diretoria. Os rendimentos do Fundo Patrimonial deverão ser utilizados no custeio da OSUC e em programas, projetos e atividades relacionados à sua missão, de acordo com os objetivos descritos no Estatuto Social e com o planejamento anual

### 16. Auxílios e doações

A Entidade recebeu no período de 2022 doações no montante de R\$9.339.911 (2021 - R\$6.538.558), de diversas pessoas físicas e jurídicas, as quais foram contabilizadas em receitas de doações.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valores em débito automático, depósitos e boletos	<b>8.855.818</b>	6.428.300
Reconhecimento receita diferida	<b>443.415</b>	85.300
Reconhecimento receita em produtos	<b>40.678</b>	24.958
	<b><u>9.339.911</u></b>	<u>6.538.558</u>

### 17. Aluguéis de imóveis

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cardoso de Almeida (Zequinha)	<b>91.000</b>	91.000
Roberto Arruda	<b>34.875</b>	10.125
Colégio Caminhos e Colinas	<b>123.836</b>	127.158
	<b><u>249.711</u></b>	<u>228.283</u>

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Aluguéis de imóveis--Continuação**

A OSUC possui dois imóveis localizados na Rua Zequinha de Abreu, 404 São Paulo e Praça Dr. João Mendes, 62 Conj. 801 (onde o mesmo, encontra-se em processo de usucapião) os quais estão alocados. A Entidade aloca em torno de 17 salas de aulas, mais as áreas esportivas da sua instalação para o Colégio Caminhos e Colinas. A receita é reconhecida mensalmente de acordo com o período de competência.

### **18. Ações adquiridas**

Em 2022 a OSUC não possuía mais cotas em ações devido as vendas ocorridas em 2021 referente as ações preferenciais do Banco Bradesco S.A não mais mantendo investimento em ações.

### **19. Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)**

De acordo com a Lei nº 12.101/2009, art. 13, §7, para fazer jus à certificação de entidade beneficente, as entidades de educação que prestam serviços integralmente gratuitos deverão garantir a observância da proporção de, no mínimo, 1 (um) aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio para cada 5 (cinco) alunos matriculados. As informações apresentadas são suportadas pelo departamento financeiro da Entidade e serão objeto de análise pelo Ministério da Educação na renovação da certificação da Entidade, conforme os requisitos previstos na mencionada lei e no Decreto nº 7.237 de 2010.

A inscrição dos candidatos será feita por meio do preenchimento do formulário de solicitação de gratuidade e de sua entrega no prazo do edital, acompanhada dos documentos comprobatórios.

Para definição do tipo da bolsa de estudos será considerado as exigências da Lei nº 12.101/2009, art. 13, § 7º, onde a bolsa de estudo filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo e a bolsa de estudo não filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo, sendo que o patrimônio declarado deve ser compatível com esses rendimentos.

A comprovação da renda do grupo familiar e das demais informações necessárias à análise socioeconômica será feita por meio de documentos e deverá ser entregue pelo candidato ou responsável legal em local e prazos previstos.

Entende-se por grupo familiar e por renda do grupo familiar o que disciplina a legislação para as entidades certificadas como Entidade beneficente de assistência social.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)--Continuação

A Entidade presta serviço de educação básica integralmente gratuito, e os valores contabilizados como bolsa de estudos foram apurados de acordo com os valores de mercado da região e compatível com o nível de ensino ofertado.

#### a) Demonstrativo das bolsas de estudo/gratuidades

##### i) *Exercício de 2022 e 2021*

	2022			2021		
	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas
Cursos de educação básica	136	22%	2.053.128	125	19%	1.687.400
Cursos técnicos	127	21%	1.559.844	116	18%	1.223.200
Acima de um salário-mínimo e meio	263	43%	3.612.972	241	37%	2.910.600
Cursos de educação básica	165	27%	2.510.052	197	30%	2.818.200
Cursos técnicos	190	31%	2.438.544	213	33%	2.682.900
Até um salário-mínimo e meio	355	57%	4.948.596	410	63%	5.501.100
Total das gratuidades	618	100%	8.561.568	651	100%	8.411.700
	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas
Robótica Básica	66	22%	1.016.868	76	24%	1.118.700
Robótica Automação	69	23%	1.035.048	72	22%	970.200
Informática Básica	68	23%	1.015.656	69	21%	974.600
Informática Aplicada	66	22%	1.010.808	47	15%	657.800
Criatividade e Inovação	32	11%	484.800	58	18%	784.300
Cursos de educação básica	301	100%	4.563.180	322	100%	4.505.600
Técnico em administração	96	30%	1.239.876	104	33%	1.298.000
Técnico em redes de computadores	92	29%	1.205.940	104	32%	1.227.600
Técnico em informática	107	34%	1.353.804	121	35%	1.380.500
Técnico em Produção de Vídeo	22	7%	198.768	-	-	-
Cursos técnicos	317	100%	3.998.388	329	100%	3.906.100
Total das gratuidades	618	100%	8.561.568	651	100%	8.411.700



## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Despesas gerais

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outras despesas administrativas	<b>195.377</b>	113.694
Combustíveis e lubrificantes	<b>13.041</b>	9.298
Outras despesas com veículos	<b>9.950</b>	6.470
Estacionamento	<b>1.795</b>	580
Cartório	<b>30</b>	6.589
Material de escritório	<b>30.087</b>	16.212
Lanches e refeições	<b>75.302</b>	-
Correios e malotes	<b>270</b>	5.541
Despesa com impostos, taxas e custas judiciais	<b>18.681</b>	3.424
Condução	<b>10.671</b>	1.453
Xerox	<b>18</b>	204
	<b>355.222</b>	163.465

### 21. Custos educacionais

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas com pessoal	<b>2.632.700</b>	2.734.094
Benefícios trabalhistas	<b>671.894</b>	581.303
Encargos sociais FGTS	<b>249.046</b>	290.319
Serviços prestados por terceiros	<b>1.629.421</b>	651.367
Ocupação	<b>589.367</b>	400.835
Despesas gerais	<b>262.914</b>	284.205
Divulgações	<b>222.155</b>	91.784
Despesas filantropia	<b>226.651</b>	100.543
Depreciação	<b>737.500</b>	663.800
	<b>7.221.648</b>	5.798.250

### 22. Despesas com pessoal operacional

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Salários e ordenados	<b>121.160</b>	94.008
Férias	<b>12.427</b>	6.173
13º salário	<b>9.320</b>	4.415
	<b>142.907</b>	104.596

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Serviços prestados por terceiros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contabilidade	129.847	121.541
Jurídico	122.074	114.970
Auditoria	77.864	50.000
Consultoria	467.557	314.616
Entregas	42.770	35.695
	<u>840.112</u>	<u>636.822</u>

### 24. Resultado financeiro, líquido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(61.567)	(45.104)
Juros e multas passivas	(5.587)	(29.109)
IOF	(82)	(634)
Deságio financeiro	(215)	(46.184)
	<u>(67.451)</u>	<u>(121.031)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	120.152	64.710
Descontos financeiros	103.277	17.947
Dividendos recebidos de ações	2.850	-
Juros sobre capital próprio	57.034	71.862
	<u>283.313</u>	<u>154.519</u>
	<u>215.862</u>	<u>33.488</u>

### 25. Gratuidade - voluntários

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Nos exercícios de 2022 e de 2021, foram apurados pela administração o recebimento dos seguintes serviços prestados a Entidade:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Diretor estatutário	27.594	27.388
Aulas e palestras	78.527	12.561
Outras atividades educacionais e culturais	334.502	324.022
	<u>440.623</u>	<u>363.971</u>

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **25. Gratuidade - voluntários--Continuação**

A Entidade reconheceu nas demonstrações do resultado do exercício de 2022 e de 2021 na rubrica de Receitas de Gratuidades - Voluntários, com contrapartida em Custos Gratuidades - Voluntários. O valor justo atribuído foi determinado com base em valores de remuneração de mercado para profissionais que atuam funções similares e no montante em que a Entidade estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

### **26. Remuneração do pessoal-chave da administração**

A Entidade não remunera e nem distribui resultados, a qualquer título, aos seus dirigentes, associados ou conselheiros.

### **27. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social**

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente ao período 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, certificado pela Portaria 146 de 27/08/2014, expedida pelo MEC - Ministério da Educação e publicada no Diário Oficial da União de 29/08/2014 (Doc. SEI nº 1330435, pag. 1, item 20, anexo I)

Em 17 de novembro de 2021 a Coordenação-Geral de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social- CGCEBAS/MEC informa que o requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, protocolado sob o nº 23000.049383/2017-21, foi DEFERIDO, referente ao período 01/01/20218 à 31/12/2020.

Para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, o processo de renovação no: 23000.013625/2021-70 está em análise Coordenação-Geral de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social- CGCEBAS/MEC.

### **28. Cobertura de seguros**

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, para responsabilidade civil geral e patrimonial:

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Cobertura de seguros--Continuação

<b>Riscos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Incêndio/raio/explosão	<b>13.300.000</b>	10.000.000
Subtração de Bens	<b>90.000</b>	50.000
Vendaval/furacão/ciclone	<b>225.000</b>	150.000
Equipamentos eletrônicos	-	170.000
Responsabilidade civil - empregador	<b>500.000</b>	500.000
Danos elétricos	<b>250.000</b>	200.000
Equipamentos cinematográficos	<b>32.000</b>	32.000
Queda de Aeronaves	-	100.000
Perda pagto aluguel basica / fiança	<b>60.000</b>	100.000

### 29. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2023 a entidade finalizou a aquisição da compra e venda de imóveis para propriedade de investimentos.

O imóvel da Loja 32 foi realizada a venda no montante de R\$350.000, onde a Entidade recebeu R\$250.000 em dezembro de 2022 como adiantamento e os R\$100.000 restantes em 3 parcelas, quitadas em abril de 2023. Diante dessa venda, a Entidade adquiriu dois imóveis próximos do CEAP, para propriedade de investimentos. Um dos imóveis foi adquirido por R\$450.000, na Rua Ana Margarida das Dores, pagamento realizado de forma a vista. O outro imóvel da Rua Manuel Mexelão, encontra-se em processo de regularização para finalização da venda. A OSUC efetuará o pagamento de R\$260.000, após a regularização e averbação da compra.